

PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ: UM DEBATE NECESSÁRIO

Claudia de Faria Barbeta (Mediadora, UEL)

RESUMO: A partir de uma pesquisa bibliográfica de textos que tratam do modelo cívico-militar nas escolas públicas, o artigo analisa os impactos da implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Paraná, contrastando-o com os princípios pedagógicos de Paulo Freire. O trabalho destaca a divergência entre a filosofia educacional cívico-militar, que enfatiza disciplina e homogeneização, e a abordagem freireana, que promove a emancipação e a consciência crítica. O estudo contextualiza o PECIM dentro das políticas do governo Bolsonaro, apontando a tentativa de controle ideológico e a transformação da educação em um instrumento conservador. A crítica ao modelo cívico-militar inclui a discussão sobre a seleção de conteúdos curriculares, a autonomia docente e a formação de uma consciência crítica nos alunos. Os artigos lidos para este trabalho apontam que a militarização das escolas representa um retrocesso nos princípios democráticos e inclusivos da educação pública brasileira, reforçando a necessidade de uma resistência política e pedagógica robusta.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Cívico-Militares; Políticas Educacionais; Autonomia Docente.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Freire (2014) delinea uma proposta pedagógica que advoga por uma educação voltada para a emancipação. Essa abordagem é marcada por sua natureza dialógica, inclusiva e libertadora, visando primordialmente à redução da opressão e ao incentivo de transformações sociais substanciais. Freire (2014) argumenta que a educação deve ser vista como um instrumento que possibilita aos indivíduos, especialmente aos estudantes, a prática de questionamentos e reflexões críticas acerca de suas realidades, fomentando uma autonomia significativa. Freire também postula que o conhecimento serve como um meio de liberdade, habilitando o indivíduo a engajar-se em diálogos, questionamentos, imposições, e a prática de ouvir e ser ouvido. Por meio de uma aprendizagem que prioriza a emancipação, desenvolve-se uma consciência crítica que supera a alienação e fomenta a criticidade, impulsionando o desenvolvimento da autodeterminação e a participação ativa na esfera social. A educação deve, portanto, enfatizar a valorização da diversidade e do diálogo, promovendo o pensamento crítico e a capacidade reflexiva sobre as condições sociais com o objetivo de encontrar soluções coletivas. Consequentemente, para

Freire (2014), o papel essencial da educação é cultivar a autonomia, a preparação para a vida e a emancipação dos estudantes, equipando-os para compreender e interagir criticamente com o ambiente social.

Em contraste com os princípios freireanos, as escolas cívico-militares apresentam uma filosofia educacional que se distancia significativamente da visão emancipatória. Conforme analisado na literatura pertinente, essas instituições enfatizam a homogeneização e adotam uma disciplina rigorosa, que espelha práticas militares, elementos que podem restringir o diálogo crítico e a autonomia acadêmica. Essa metodologia é frequentemente vista como uma restrição ao pluralismo de ideias e à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e disseminar pensamentos e conhecimentos, que são direitos garantidos pela Constituição Brasileira. A predominância de uma estrutura rígida nessas escolas pode, portanto, ser percebida como um obstáculo ao desenvolvimento de uma consciência crítica e à promoção de uma educação que valoriza a diversidade de pensamentos e a participação democrática no processo de aprendizagem.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), uma iniciativa-chave do governo Bolsonaro (2019-2022), foi implementado em colaboração entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa. Esse programa engaja militares da reserva das Forças Armadas e membros das corporações de policiais e bombeiros militares na administração escolar, embora a dimensão pedagógica permaneça sob a competência exclusiva dos docentes. A estrutura do programa é notória por impor normativas estritas relacionadas à aparência dos alunos, como a exigência de coques para as meninas e um corte de cabelo padrão baixo, feito com máquina número 2, para os meninos. Ademais, proíbe-se o uso de piercings e adereços semelhantes.

A implementação do PECIM sugere uma inclinação conservadora que serve aos interesses de grupos hegemônicos, abrangendo esferas políticas, econômicas, culturais e religiosas. Essa orientação visa estabelecer um controle ideológico sobre o sistema educacional e transformar a educação em uma atividade lucrativa. Tal abordagem contrasta significativamente com as ideias de Paulo Freire sobre a educação como um meio de emancipação e desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo, apontando para uma divergência ideológica profunda no tratamento e concepção dos objetivos educacionais no contexto brasileiro atual.

Segundo Lacé, Santos e Nogueira (2019), a expansão das escolas cívico-militares ocorreu dentro de um contexto mais abrangente de redução dos direitos sociais, um fenômeno que ganhou impulso durante a administração do ex-presidente Bolsonaro. No mesmo período, foram implementadas reformas educacionais que comprometeram as diretrizes e objetivos previamente estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024. Essas mudanças refletiram uma tentativa de reconfiguração do papel social das escolas públicas.

Tradicionalmente, as escolas públicas no Brasil são vistas como instituições laicas, democráticas e inclusivas. Contudo, as alterações propostas pelo governo tenderam a redefinir essa identidade para um modelo mais repressivo e que supostamente sustentava uma neutralidade científica. Tal reorientação foi criticada por muitos como uma estratégia para implantar e reforçar uma ideologia conservadora nas instituições educacionais, divergindo do princípio de promover um ambiente de ensino aberto e pluralista. Essa mudança paradigmática representou, portanto, uma alteração significativa no entendimento e na prática da educação pública, potencialmente alinhando-a com interesses específicos de controle social e ideológico.

Nesse contexto adverso, a educação surgiu como um alvo estratégico para movimentos conservadores, tais como o Escola Sem Partido, as Escolas Cívico-Militares e iniciativas de Educação Domiciliar (*Homeschooling*). Esses movimentos refletiram uma confluência entre o conservadorismo moral e uma paranoia ideológica, visando não apenas restringir a liberdade educacional, mas também remodelar a função social da educação conforme uma agenda específica. Essa estratégia representou um desafio significativo ao desenvolvimento de práticas educacionais que fomentam a autonomia, o pensamento crítico e a emancipação, princípios amplamente defendidos por teóricos como Paulo Freire.

Os aliados do governo do então Presidente Jair Bolsonaro frequentemente defenderam a militarização das escolas como uma estratégia para combater a violência nos ambientes educacionais. Contudo, conforme analisado por Fernandes Silva e Silva (2019), essa abordagem negligenciou a compreensão de que a violência é um fenômeno estrutural, intrinsecamente ligado às desigualdades sociais e econômicas presentes no Brasil. Essas desigualdades resultaram no empobrecimento da população, que frequentemente só tinha acesso a empregos precarizados, caracterizados por más condições de trabalho, baixos salários, pouca segurança e alta rotatividade.

O decreto que estabeleceu o modelo de escolas cívico-militares foi justificado pela necessidade de resgatar valores morais e solucionar problemas disciplinares e de segurança nas instituições de ensino, com uma ênfase especial na adesão voluntária e prioritária de escolas de Ensino Fundamental e Médio situadas em contextos de vulnerabilidade social. Nesse quadro, a responsabilidade pelos desafios no desempenho dos alunos e na gestão escolar é comumente atribuída aos gestores e docentes, enquanto a violência escolar é imputada aos estudantes. Esse processo de desresponsabilização do Estado, acompanhada de uma diminuição dos investimentos em educação básica pública, coloca esses agentes educacionais em uma situação de impotência.

As famílias, preocupadas com a segurança de seus filhos, são levadas a acreditar na promessa ilusória de que a militarização representa a solução para os problemas educacionais. No entanto, a militarização é promovida como a resposta para os dilemas da educação básica pública brasileira, mas, na prática, busca exercer um controle mais estrito sobre o trabalho pedagógico dos docentes e discentes. Essa transformação manifesta-se pela substituição dos tradicionais supervisores escolares por militares encarregados de fiscalizar o trabalho docente e de monitorar os comportamentos dos alunos. Essa nova estrutura impõe uma vigilância intensiva sobre o espaço e o tempo escolares, os conhecimentos transmitidos, os comportamentos considerados aceitáveis e a disciplina dos corpos, utilizando a avaliação como um mecanismo de controle. Essas medidas evidenciam uma clara transição da função educacional para um modelo baseado na disciplina e na conformidade, revelando um desvio significativo do propósito educacional original.

A implantação de escolas cívico-militares no Brasil tem suscitado divisões profundas de opinião, encontrando respaldo em segmentos específicos da sociedade. Contudo, uma variedade de entidades, incluindo veículos de comunicação, pesquisas acadêmicas, movimentos sociais e organizações sindicais, tem manifestado oposição a esse modelo. Um argumento frequentemente utilizado pelos defensores dessas instituições é o sucesso percebido das escolas militares operadas pelo Exército Brasileiro, consideradas superiores em relação às escolas públicas estaduais e municipais. Entretanto, a discussão pública sobre os recursos significativamente maiores que essas escolas recebem é rara. O custo por aluno nessas instituições é três vezes maior que o de alunos em outras escolas públicas, beneficiando-se de professores com salários mais elevados, laboratórios bem equipados e um

suporte didático-pedagógico robusto, além de um processo seletivo que frequentemente exclui estudantes que não se encaixam nos padrões exigidos (Pereira Estrela Brito; Rezende, 2019).

As escolas militarizadas contemporâneas, apesar de partilharem algumas características com as escolas militares tradicionais — que têm suas origens na criação da Academia Real de Marinha, em 1808, e da Academia Real Militar, em 1810, por D. João VI — diferem significativamente em propósitos e metodologias. As academias históricas foram criadas com a finalidade de formar oficiais e especialistas para proteger a costa brasileira e aprimorar o Corpo de Tropas. Em contraste, as escolas cívico-militares contemporâneas são frequentemente criticadas por promoverem uma abordagem educacional que prioriza a disciplina militar, muitas vezes em detrimento de valores educacionais mais abrangentes, levantando preocupações sobre a adequação desse modelo às necessidades educacionais e sociais atuais (Nogueira, 2014).

Dias e Ribeiro (2021) criticam a militarização do ensino por comprometer a essência e a individualidade dos alunos, argumentando que tal abordagem desmantela valores sociais e culturais fundamentais. Os autores sustentam que essa militarização constitui um retrocesso no campo da educação em direitos humanos, violando o princípio do pluralismo de ideias. A implementação de valores cívicos e patrióticos com o intuito de moldar os alunos conforme preceitos militares contrasta radicalmente com a missão de espaços educacionais públicos, que deveriam promover o multiculturalismo, o respeito pela pluralidade e o incentivo ao respeito às diferenças. Essa perspectiva destaca um conflito intrínseco entre os objetivos das escolas cívico-militares e os princípios de uma educação que valorize a diversidade e a inclusão.

A professora Catarina de Almeida Santos, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Rede Nacional de Pesquisa em Militarização da Educação, analisa o modelo das escolas cívico-militares como incompatível com a legislação educacional brasileira, apontando-o como excludente. Santos (2021) critica a adoção desse modelo por incorporar uma lógica militar nas práticas pedagógicas, descrevendo-o como uma "pedagogia do quartel". Essa abordagem enfatiza a hierarquia e as relações verticais, promovendo a obediência através do medo e a padronização de corpos e comportamentos. Isso se contrapõe diretamente a uma visão educativa que valoriza processos plurais e participativos, com relações mais horizontais e voltadas para a convivência com as diferenças, o desenvolvimento do pensamento crítico e a desnaturalização de desigualdades.

Santos (2021) argumenta que a militarização das escolas atua como uma contraofensiva para impedir transformações sociais fundamentais, levantando dúvidas sobre a viabilidade de tratar temas como machismo e racismo em um ambiente tão rigidamente controlado. A exclusão de alunos e professores que não se encaixam no perfil desejado pelas escolas cívico-militares é uma consequência direta dessa abordagem, resultando na transferência ou no pedido de transferência desses indivíduos para outras instituições da rede educacional.

A professora enfatiza que o papel da escola pública é ser um espaço inclusivo, que acolha todas as crenças e orientações. Ela critica a implantação das escolas cívico-militares, argumentando que ela atende mais a objetivos políticos do que a uma política educacional embasada em estudos de impacto a médio e longo prazo. Segundo Santos (2021), essa política visa principalmente à inserção de militares na gestão educacional, em detrimento de uma proposta pedagógica sólida e inclusiva.

Em 19 de julho de 2023, o Governo Federal, sob a gestão do Presidente Lula, promulgou o Decreto nº 11.611/2023 que revogou o PECIM. Contudo, a extinção do programa não culminou na desmilitarização amplamente esperada por diversos especialistas em educação. Ao contrário, a responsabilidade pela continuação das escolas cívico-militares foi transferida para as administrações estaduais. Esse desdobramento transformou-se rapidamente numa arena de disputa eleitoral e ideológica, marcada especialmente entre os governos alinhados ao bolsonarismo. Estados como São Paulo, Santa Catarina e Paraná estiveram entre os primeiros a declarar a manutenção e até a expansão desse modelo educacional.

Nesse contexto, a decisão de alguns governadores alinhados ao bolsonarismo de aumentar o número de escolas cívico-militares em seus estados reforça a urgência de um debate profundo sobre os impactos de longo prazo da militarização na estrutura e na dinâmica do trabalho escolar. Esse cenário afeta substancialmente professores, alunos e o desenvolvimento educacional dos jovens, implicando uma reavaliação crítica da autonomia educacional, da qualidade do ensino e do papel fundamental das escolas públicas na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Essa condição demanda investigações aprofundadas, das quais várias estão atualmente em andamento, para compreender completamente os impactos da abordagem educacional nas escolas militarizadas. Ao mesmo tempo, é essencial fortalecer a resistência

política e pedagógica em prol de uma escola pública, gratuita e plenamente dedicada à sua missão de formar uma identidade institucional como espaço de desenvolvimento humano, apropriação cultural, estímulo à consciência crítica e à autonomia de educadores e estudantes. Essa estratégia é crucial para garantir que a educação no Brasil continue sendo um pilar fundamental para o desenvolvimento social e pessoal, livre de imposições ideológicas restritivas. É urgente, então, ampliar a discussão sobre a militarização das escolas, tanto nas esferas sociais, políticas e acadêmicas, para abranger o ensino de Língua Portuguesa e Literaturas Brasileiras no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, reconhecendo o importante papel que essas disciplinas desempenham na formação crítica e cultural dos alunos.

Considerando a rigidez e a ênfase disciplinar que caracterizam o modelo cívico-militar, é importante questionar como essas características afetam o ensino e a aprendizagem nessas áreas específicas garantindo que o ensino permaneça um espaço de desenvolvimento crítico e cultural, preservando a autonomia dos alunos e a diversidade curricular. O fortalecimento da resistência política e pedagógica é fundamental para assegurar que a educação pública continue sendo um pilar do desenvolvimento social e pessoal no Brasil, livre de imposições ideológicas restritivas. Somente assim poderemos formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de contribuir significativamente para a sociedade.

REFERÊNCIAS

DIAS, Z. R.; RIBEIRO, A.C. Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira. **Revista Teias**, [S. l.], v. 22, p. 406–426, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.59634. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/59634>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FERNANDES SILVA, E.; SILVA, M.A. Militarização das escolas públicas no Distrito Federal: projetos de gestão em disputa. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 4, n. 8, jul./dez. 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/6392. Acesso em: 15 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LACÉ, A. M.; SANTOS, C. de A.; NOGUEIRA, D. X. P. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 648, 2019. DOI:

10.21573/vol35n32019.96856. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96856>. Acesso em: 15 abr. 2024.

NOGUEIRA J. G. Educação militar no Brasil: um breve histórico. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, SP, v. 6, n. 1, 2014, p.146-172. Disponível em:
<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PEREIRA ESTRELA BRITO, E. P.; REZENDE, M. P. “Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.]**, v. 35, n. 3, p. 844, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.95216. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/95216>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANTOS, C. de A. ‘Sentido, descansar, em forma’: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educ. Soc., Campinas**, 42. 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/hKLYdP7HgDtxVggJxPpwkzc/>. Acesso em: 11 abr. 2024.
DOI: <https://doi.org/10.1590/es.244370>